

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/GVMC/2025****CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO****PROTOCOLO**Gerência das Comissões  
Projeto de Lei Ordinária nº **4896/2025**DATA: **28/08/2025**HORA: **10h:40m**

"Dispõe sobre a vedação do pagamento de jetons ou quaisquer outras remunerações adicionais a Secretários Municipais ou de direção superior no âmbito do Poder Executivo do Município de Porto Velho, e dá outras providência."

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando das atribuições que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono o seguinte:

**PROJETO DE LEI:**

**Art. 1º** Fica vedado, no âmbito do Município de Porto Velho, o pagamento de jetons, gratificações, verbas de representação ou quaisquer outras espécies de remuneração adicional aos **Secretários Municipais e aos ocupantes de cargos de direção superior** da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

**Art. 2º** A remuneração dos Secretários Municipais será composta exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, nos termos do art. 39, § 4º, da Constituição Federal, sendo vedada a percepção de qualquer outra vantagem, adicional, gratificação, abono, prêmio, verba de representação ou espécie remuneratória.

**Art. 3º** Considera-se jeton, para fins desta lei, qualquer valor pago a título de participação em reuniões de conselhos, comitês, juntas ou órgãos colegiados vinculado à Administração Pública Municipal.

**§ 1º** Fica assegurada aos Secretários Municipais e aos ocupantes de cargos de direção superior a participação, quando designados, em conselhos, comissões, comitês, juntas ou órgãos colegiados da Administração Pública Municipal, **sem que disso decorra qualquer remuneração adicional, jeton, gratificação ou vantagem de qualquer natureza.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**

Rua Belém, 139 – Embratel, CEP: 76820-734 – contato: 69 9 9282-8699



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PORDER LEGISLATIVO GABINETE**  
**VEREADOR MARCOS COMBATE - AGIR**



**Art. 4º** O descumprimento desta lei implicará em nulidade absoluta do ato administrativo que autorize ou efetive o pagamento, bem como a obrigação de ressarcimento ao erário dos valores recebidos indevidamente, sem prejuízo da apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal dos envolvidos.

**Art. 5º** Revogam-se todas as disposições em contrário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Porto Velho, 26 de agosto de 2025

**MARCOS COMBATE**  
**VEREADOR INDEPENDENTE - CMPV/RO**



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
PORDER LEGISLATIVO GABINETE  
VEREADOR MARCOS COMBATE - AGIR



### JUSTIFICATIVA

A presente proposição legislativa tem por objetivo disciplinar a forma de remuneração dos Secretários Municipais e dos ocupantes de cargos de direção superior da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Porto Velho, garantindo a observância dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Atualmente, não há vedação expressa quanto ao pagamento de jetons, gratificações, verbas de representação ou quaisquer outras espécies de remuneração adicional a esses agentes públicos, o que pode gerar dúvidas quanto à legalidade e à moralidade desses pagamentos. A lei proposta visa impedir que tais pagamentos ocorram, assegurando que a remuneração dos Secretários Municipais seja **exclusivamente composta pelo subsídio fixado em parcela única**, conforme prevê o § 4º do art. 39 da Constituição Federal.

O dispositivo referente à participação em conselhos, comissões, comitês, juntas ou órgãos afins garante que os Secretários e dirigentes possam contribuir com suas competências técnicas **sem que haja percepção de remuneração adicional**, evitando, assim, acúmulo indevido de vantagens e mantendo a transparência na administração pública.

Adicionalmente, a lei estabelece **sanções claras em caso de descumprimento**, incluindo a nulidade absoluta do ato administrativo que autorize ou efetive pagamento indevido, a obrigação de ressarcimento ao erário e a apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal dos envolvidos, fortalecendo o controle sobre os recursos públicos.

Dessa forma, a presente proposição busca assegurar a legalidade e a moralidade na gestão dos recursos públicos, promovendo maior transparência, eficiência e respeito ao interesse coletivo.

**MARCOS COMBATE**  
**VEREADOR INDEPENDENTE - CMPV/RO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
Rua Belém, 139 – Embratel, CEP: 76820-734 – contato: 69 9 9282-8699



Assinado por **Antônio Marcos Mourão Figueiredo - Marcos Combate** - Vereador - Em: 27/08/2025, 15:18:42